

# **Há outro trabalho na “outra economia”? A relação dos trabalhadores com o seu trabalho na economia solidária**

Resultado de investigação finalizada

GT 18: Reestruturação produtiva, Trabalho e Dominação Social

Thales Speroni Pereira da Cruz  
(UNISC/UFRGS) – thallessperoni@gmail.com

## **Resumo**

Esta investigação teve como objetivo compreender como os trabalhadores da economia solidária constituem a sua relação com o trabalho, articulando os sentidos conferidos ao projeto dessa “outra economia”, aos requerimentos de eficácia produtiva e a sua luta por autonomia. Os resultados do estudo de três empreendimentos da região metropolitana de Porto Alegre expressam, por um lado, a existência de barreiras para a realização do possível caráter alternativo do trabalho na economia solidária e, por outro lado, a agência de atores plurais em contextos, igualmente, plurais, o que evidencia a inadequação de duas figuras redutoras: a que mitifica o trabalhador ao supor um vínculo integral com o projeto de economia solidária e a que o reduz à procura emergencial pela sobrevivência.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Sociologia da Experiência; Outra economia.

## **Há outro trabalho na “outra economia”? A relação dos trabalhadores com o seu trabalho na economia solidária**

Este artigo apresenta os resultados de uma dissertação de mestrado (Speroni, 2012) que teve como objetivo compreender como os trabalhadores se relacionam com o seu trabalho nos empreendimentos associativos vinculados ao projeto de economia solidária. A abordagem desenvolvida se fundamenta na sociologia da experiência proposta por Dubet, perspectiva sociológica que se distingue pelo seu caráter não hermético e pelo seu enfoque no esforço necessário, constante e possivelmente dramático dos atores, de composição dos distintos princípios constitutivos da ação. Postula-se que essa forma de análise do social permite que se ocupe um espaço existente entre a perspectiva dos pesquisadores engajados e dos autores críticos à economia solidária. Esse terceiro olhar proposto se diferencia pela sua tentativa em compreender como os trabalhadores atuam no cenário de possível contradição e tensão que marcam a sua realidade laboral. Entende-se que essa perspectiva destaca a tarefa dos trabalhadores em compor a coerência de sua ação, aspecto que não pode ser inferido externamente nem pelas proposições do projeto de economia solidária, nem pelas exigências produtivas presentes.

Nesta pesquisa se abordou a relação com o trabalho na economia solidária a partir de três dimensões: a do projeto de economia solidária (seus princípios e expectativas); a dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva; e a da luta por autonomia (entendida como o anseio do ator em conformar uma relação com o trabalho permeada por identificação subjetiva e reconhecimento dos demais). Procurou-se compreender como os atores significam cada uma dessas dimensões e como articulam tais significações. A tese central defendida é a de que a relação com o trabalho na economia solidária é caracterizada por uma dupla pluralidade, tanto das distintas dimensões e dos sentidos a elas vinculados, como das formas como os atores articulam tais significações para compor a sua relação com o trabalho.

O estudo empírico foi realizado em três empreendimentos associativos vinculados ao projeto de economia solidária da região metropolitana de Porto Alegre de diferentes segmentos econômicos (metalúrgico, reciclagem e confecção). Os procedimentos metodológicos se centraram em 34 entrevistas semidiretivas em profundidade, as quais foram fundamentadas na articulação dos pressupostos metodológicos da entrevista compreensiva de Kaufmann (2011) e das bases da entrevista episódica de Flick (2008).

Este artigo se divide em duas partes fundamentais. Na primeira, apresenta-se o modelo analítico e a sua inserção no debate acadêmico atual. Na segunda, realiza-se a exposição dos resultados do estudo empírico, primeiramente, por meio da descrição de como os trabalhadores entrevistados conferem sentido a cada uma das dimensões da relação com o trabalho e, posteriormente, por meio de uma tipologia da relação com o trabalho que sintetiza como tais significações são articuladas.

## **1. A sociologia da experiência e o estudo do trabalho na economia solidária**

### **1.1 O trabalho na economia solidária como experiência social**

A experiência social, conceito central para a sociologia de Dubet, é o resultado da atividade do ator em meio a um social plural que ele não controla, assim ela: “(...) designa condutas individuais e coletivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos, e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido de suas práticas no próprio seio desta heterogeneidade” (Dubet, 1996, p. 15). Esta noção alude, assim, mais a um fazer do que a um ser (Dubet, 1996, p. 16). Segundo Dubet, “(...) a experiência social é uma atividade cognitiva, é uma maneira de construir o real e, sobretudo, de o “verificar”, de o experimentar” (Dubet, 1996, p. 95), sendo assim, “(...) não é nem uma esponja nem um fluxo de sentimentos e de emoções, ela não é a expressão de um ser ou de um puro sujeito, pois que é socialmente construída” (Dubet, 1996, p. 103):

A experiência social não é nem totalmente condicionada, nem totalmente livre. É uma construção inacabada de sentido e de identidade, quando os indivíduos ou os grupos se veem confrontados a lógicas de ação autônomas, lógicas que a ideia de sociedade e as concepções clássicas do indivíduo tendiam a integrar e até confundir sem nunca haver podido realiza-lo totalmente (Dubet e Martuccelli, 1999, p. 75, tradução nossa).

Segundo Dubet, é possível identificar três lógicas de ação (compostas por uma orientação subjetiva e por um modo de conceber a relação com os outros) que os atores tem de articular para conformar a sua experiência social: a da integração (relacionada aos processos de socialização e os papéis sociais), a da estratégia (que se refere aos interesses dos atores e as suas boas razões) e a da subjetivação (que alude ao distanciamento crítico e ao desejo de uma vida autônoma) (Dubet, 1996). A tarefa do sociólogo é, deste modo, compreender o trabalho do ator de constituir a sua experiência, em outras palavras, o seu esforço para articular as diferentes lógicas que atravessam a sua ação.

Esta investigação procurou compreender a relação com o trabalho na economia solidária em termos de experiência social. Esse posicionamento se fundamenta na compreensão de que as realidades laborais da economia solidária são perpassadas pela necessidade dos atores gerirem distintas lógicas e articularem diferentes significações face os múltiplos elementos interpelantes.

A discussão acadêmica acerca da economia solidária é plural e povoada de divergências, sendo cunhadas diversas noções que buscam dar conta desse fenômeno, seu surgimento, sua atual situação e os seus possíveis desdobramentos. Dentre as abordagens sobre o trabalho na economia solidária, é possível identificar dois grupos elementares de pesquisadores: os engajados no projeto de economia solidária e os críticos, que destacam as contradições dessas práticas.

Os engajados mobilizam diferentes arcações teóricas para destacar a relevância da economia solidária tida, por eles, enquanto outra economia. Essas perspectivas articulam o desenvolvimento de análises sobre o que a economia solidária “é”, e a contribuição para o seu projeto, postulando o que ela

“poderia e/ou deveria ser”. O modo de produção simultaneamente intersticial e oposto ao Capitalismo para Singer (2002); uma fase de transição da economia popular para outra centralizada no trabalho que possui como meta a reprodução ampliada da vida para Coraggio (2000, 2008); uma rearticulação dos princípios da interação econômica na acepção de uma não proeminência do mercado para Laville (2009; 2010); e a afirmação de outra racionalidade que, por meio da cooperação e reciprocidade, consegue articular os princípios da economia solidária e a eficiência produtiva, para Gaiger (2002; 2008; 2009).

É possível destacar dois aspectos associados que expressam a limitação da abordagem da economia solidária em termos que combinam, sem uma separação evidente, elementos analíticos e normativos. A primeira delas é a tendência de não se problematizar as possíveis tensões, e contradições, que emergem da pluralidade que permeia essas iniciativas. Esta primeira limitação nos leva a uma segunda, que alude a uma tendência de redução da agência dos atores, visto que limita a ação à presença ou ausência dos aspectos normativos postulados. Se a pluralidade, possivelmente tensionada das práticas é “solucionada” pela análise acadêmica, qual é o espaço dado para a atuação dos atores em relação à heterogeneidade da sua própria realidade, afirmando, assim, suas “próprias resoluções”?

Diferentemente dos engajados, há aqueles, como Antunes (1999) e Lima (2010), que desenvolvem uma crítica à economia solidária. Antunes destaca a limitação desta, no sentido de sua incapacidade de subverter a lógica do capitalismo: “(...) essas atividades cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados” (Antunes, 1999, p. 113).

Em posição próxima a de Antunes, Lima procura chamar a atenção para a existência de “ligações perigosas” (Lima, 2007) entre a economia solidária e as novas formas de organização do trabalho caracterizadas pela internalização das pressões do mercado pelo trabalhador, que é responsabilizado pelos resultados do seu trabalho:

O empreendedor, o trabalhador flexível e mesmo o cooperado, tornam-se figuras representativas do “novo” espírito do capitalismo. Cabe ao trabalhador internalizar os novos requisitos impostos pelo mercado. A realização pessoal e profissional e mesmo sua sobrevivência pessoal, cada vez mais depende disso. O futuro é incerto e manter-se no mercado exige grandes investimentos pessoais (Lima, 2010, p. 189).

As perspectivas críticas possuem, também, limitações. A principal a ser destacada é a sua dificuldade em apreender os conteúdos desses contextos laborais, para além da sua homologia formal com as realidades das empresas privadas e a sua funcionalidade sistêmica. Os atores, sob este viés, tendem a ser reduzidos a meros suportes de uma ideologia organizacional e/ou à emergência de sua sobrevivência.

Entende-se que, entre o ponto de vista dos engajados, que destacam a face alternativa da economia solidária, e dos críticos, que apontam para a sua funcionalidade sistêmica, há um espaço para análise que pode ser explorado pela sociologia da experiência. Postula-se que essa perspectiva permite que seja desenvolvido um enfoque a partir da subjetividade dos atores, suas trajetórias e reflexões, reconhecendo-se a heterogeneidade, e possíveis contradições, que atravessam essas realidades. Em outras palavras, a relação entre os princípios normativos do projeto e os aspectos contingentes que permeiam os contextos econômicos e culturais dessas realidades laborais não desafia somente a análise social, mas, igualmente os atores.

## **1.2 A relação com o trabalho na economia solidária**

Na presente investigação se postula a tese de que a relação do trabalhador com o seu trabalho na economia solidária não é nem só o resultado do projeto dessa outra economia, nem só o efeito dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, assim como não é a ação de um sujeito plenamente

autônomo. A relação com o trabalho é compreendida como o resultado de uma articulação, promovida pelos atores, dos sentidos vinculados a três dimensões do trabalho: o projeto de economia solidária, os requerimentos de eficácia da atividade produtiva e a luta por autonomia.

I. O projeto de economia solidária institui certas expectativas que os trabalhadores, pelo menos em alguma medida, têm de responder. A partir da análise de documentos da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), assim como das obras dos autores engajados, foi possível identificar elementos normativos presentes no projeto dessa outra economia que afirmam que a economia solidária: 1) Representa uma concepção do econômico que valoriza os vínculos de reciprocidade, privilegia o valor de uso sobre o valor de troca e ressignifica as concepções capitalistas de eficiência (utilitaristas) na direção de uma orientação mais humana, social e sustentável tanto em nível microeconômico quanto macroeconômico; 2) Identifica-se com a democracia tanto no âmbito da empresa (pela autogestão) como por meio da promoção de espaços públicos de proximidade; 3) Baseia-se na cooperação interna (solidariedade entre os associados) e externa (com outras organizações solidárias e com a comunidade); 4) É uma alternativa relevante de geração de emprego e renda, mas também um meio para promoção da autonomia do trabalhador; 5) É um projeto de uma economia não centrada no capital, mas sim no trabalho.

II. Os requerimentos de eficácia da atividade produtiva emergem como um dos imperativos da relação com o trabalho na economia solidária. Postula-se que a resposta a tais parâmetros é uma necessidade, tanto do ponto de vista coletivo como do ponto de vista individual. Por mais que seja possível supor que a intensidade dos requerimentos de eficácia produtiva é maior nos casos de maior fragilidade econômica do empreendimento (e dos seus trabalhadores), é difícil conceber que eles não estarão presentes em todas as práticas da economia solidária. Sendo assim, na sua relação com o trabalho, o trabalhador tem de ser produtivo, entre outros motivos, para: 1) Garantir sua remuneração e a manutenção do posto de trabalho; 2) Sustentar a divisão do trabalho, não criando gargalos para a produção coletiva; 3) Contribuir para a manutenção do empreendimento no mercado; 4) E possibilitar o desenvolvimento de projetos pessoais e coletivos.

III. A luta por autonomia, como uma das dimensões da relação com o trabalho, representa a pugna do ator por uma relação com o trabalho dotada de significação subjetiva e por um reconhecimento dos demais. Esta dimensão denota a distância entre as expectativas de conduta que o ator tende a enfrentar na sua relação com o trabalho relativas as demais dimensões e os seus anseios, sonhos, frustrações que são produto da sua trajetória assim como do enfrentamento dos distintos imperativos que atravessam a sua relação com o trabalho. Essa dimensão é colocada de manifesto, particularmente quando na presença de obstáculos para o seu desenvolvimento.

No intuito de defender a abordagem tridimensional da relação com o trabalho na economia solidária é necessário se questionar: por que a relação com o trabalho na economia solidária não se restringe nem ao seu aspecto produtivo nem ao projeto dessa outra economia? O primeiro argumento reside na tendência de uma incongruência entre as intenções do projeto e os requerimentos de eficácia da atividade produtiva, o que termina por instituir uma situação problemática para o ator. Isso não significa que não seja possível articular os dois aspectos, mas sim que essa não é uma combinação constituída a priori, ela demanda um trabalho do indivíduo. Ele deve (re)significar essas dimensões e articulá-las na sua relação com o trabalho. E é a análise sociológica desse trabalho de composição do ator que possibilita compreender a economia solidária para além das intenções anunciadas em seu projeto ou como mera resposta aos imperativos do mercado.

## **2. O trabalhador e o seu trabalho na economia solidária: resultados de um estudo empírico**

O estudo empírico que será apresentado nesta seção foi desenvolvido em três empreendimentos de economia solidária da região metropolitana de Porto Alegre dos segmentos de metalurgia, confecção e reciclagem. Foram realizadas 34 entrevistas semidiretivas em profundidade, fundamentadas na

articulação dos pressupostos metodológicos da entrevista compreensiva de Kaufmann (2011) e das bases da entrevista episódica de Flick (2008). Esta seção está organizada em quatro partes. Nas três primeiras se apresenta as significações que os trabalhadores entrevistados fazem das três dimensões da relação com o trabalho na economia solidária. Na última parte deste artigo se oferece uma tipologia da relação com o trabalho na economia solidária que expressa as diferentes formas de como os indivíduos articulam os sentidos dados a cada uma dimensões abordadas.

## 2.1 Os trabalhadores e o projeto de economia solidária

No âmbito desta investigação foi possível identificar seis formas como os atores concebem e se relacionam com o projeto de economia solidária.

- O projeto enquanto uma proposta ilusória: Segundo essa perspectiva, tanto a autogestão quanto o chamado de cooperação e solidariedade (tanto interna quanto externa) se realiza somente parcialmente ou de nenhuma forma. Esse aspecto fundamenta uma crítica ao projeto de economia solidária, enquanto uma proposta pouco prática, marcada mais por um discurso do que por efeitos positivos profundos sobre a realidade do trabalho nos empreendimentos. Essa percepção pode fundamentar uma sensação de que o trabalho assalariado representa um ganho de direitos e possivelmente uma melhora nas condições de trabalho.
- O projeto enquanto filantropia: Os empreendimentos vinculados ao projeto teriam enquanto papel, segundo essa perspectiva, o de ajudar os seus trabalhadores e as suas comunidades, gerando emprego e renda e promovendo ações filantrópicas. Os trabalhadores que acionam essa concepção tendem a se verem mais como os objetos das ações filantrópicas dos empreendimentos e menos como sujeitos de tais.
- O projeto enquanto uma proposta de sociabilidade mais próxima: Essa perspectiva compreende que o projeto de economia solidária representa, sobretudo, um chamado à relações mais pessoais entre os trabalhadores. Essa maior proximidade poderia estabelecer vínculos de apoio mútuo, assim como uma maior compreensão das limitações produtivas individuais e dos problemas pessoais dos associados.
- O projeto enquanto responsabilização: Essa aceção chama a atenção para autogestão e a correlata responsabilização do trabalhador pelo seu trabalho. Por um lado, esse aspecto é visto enquanto positivo, visto que permite uma maior gerencia do trabalhador sobre o próprio trabalho. Por outro lado, a responsabilização é percebida negativamente, na medida em que demanda tempo do trabalhador em outras tarefas que não as relacionadas com o seu trabalho produtivo.
- O projeto enquanto um recurso no mercado: Essa perspectiva destaca a possibilidade do projeto de economia solidária funcionar enquanto um mecanismo de viabilidade dos empreendimentos no mercado, por meio do aumento do valor das mercadorias produzidas e pela participação no movimento de economia solidária que permitiria o acesso a financiamento, apoio técnico e à comercialização.
- O projeto enquanto programa político-econômico: Esse ponto de vista percebe o projeto de economia solidária enquanto algo a ser aplicado dentro, mas também fora do empreendimento de economia solidária (sobretudo a partir do movimento de economia solidária). Sob essa percepção o projeto de economia solidária representa, ao mesmo tempo, uma proposta para os empreendimentos, que permite aliar a constituição de um trabalho mais autônomo com a sustentabilidade econômica dos empreendimentos, e uma proposta para a sociedade de um modelo de desenvolvimento mais justo.

A pluralidade dessas aceções sobre o projeto expressa que a relação com o projeto de economia solidária não se restringe a uma mera aceitação ou recusa desse, havendo uma atitude ativa dos trabalhadores. Assim, o estudo empírico realizado demonstrou que os atores não são passivos em

sua relação com o projeto de economia solidária, eles não são meros suportes desse, o que significa dizer que eles reagem, de diferentes formas, às concepções “originais” desse projeto.

## **2.2 Os trabalhadores e os requerimentos de eficácia da atividade produtiva**

Em referência à relação com os requerimentos de eficácia produtiva, os resultados do estudo empírico indicaram a centralidade produtiva dos trabalhadores nos empreendimentos estudados. São eles, mediante o seu intenso esforço, em muitos casos sacrifício (pessoal, econômico, físico ou psicológico), que têm de compensar as fragilidades econômicas, técnicas e tecnológicas dos empreendimentos, a fim de garantir a sua competitividade e viabilidade. Essa mobilização do ator não se dá, exclusivamente, por um vínculo com o coletivo, mas, também, pela possível dependência que possui de tal, a fim de responder as suas necessidades e os seus projetos pessoais. Neste sentido, tanto o modo como os requerimentos de eficácia produtiva emergem para os diferentes trabalhadores, quanto as formas como eles procuram responder a tais, caracterizaram-se pela multiplicidade.

Sem deixar de considerar a pluralidade existente, é possível identificar dois tipos principais da relação dos trabalhadores com os requerimentos de eficácia da atividade produtiva. O primeiro, presente entre as lideranças dos empreendimentos, tem como foco uma resposta coletiva às necessidades de produtividade. Essa perspectiva evoca um sentido de uma responsabilização com o empreendimento, no qual há uma preocupação com elementos mais gerais e não restritos ao próprio trabalho individualmente executado. O segundo é o mais comum e faz referência a uma relação com os requerimentos de eficácia permeada por uma responsabilização individual sobre a própria produtividade. Esse segundo tipo se torna mais comum devido às desigualdades entre os trabalhadores, à dificuldade de uma concepção de trabalhador-proprietário e a um modo de operação do poder por gestão de quadros, além da presença de elementos organizativos que, em alguns casos, incentivam uma relação mais individualizada com os requerimentos de eficácia.

A necessidade da produtividade do trabalhador, aspecto presente em qualquer realidade laboral, é intensificada nos empreendimentos estudados devido à responsabilização direta dos associados pelo seu desempenho, além das frágeis condições econômicas, tecnológicas e técnicas existentes. A centralidade do trabalhador em compensar essas limitações foi identificada como o principal meio pelos quais os grupos conseguem garantir a sua viabilidade produtiva. Contudo, identificar a centralidade produtiva do trabalhador não significa dizer que os atores se limitam a uma relação com o trabalho marcada, exclusivamente, pelo seu caráter emergencial. Diferentemente disso, as respostas em relação aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva expressam o caráter ativo dos atores que, mesmo, possivelmente, em uma situação emergencial, procuram ser produtivos, mas não de qualquer forma, sem levar em conta os posicionamentos que possuem sobre si e o seu trabalho.

## **2.3 Os trabalhadores e a luta por autonomia**

Os trabalhadores das iniciativas estudadas manifestaram certo distanciamento em relação as duas dimensões anteriormente apresentadas, visto que nenhuma delas, de forma isolada, é capaz de explicar a relação com o trabalho desenvolvida. É nesse espaço de relativa distância, que reside a luta por autonomia levada a cabo pelos indivíduos. Essa se caracteriza pela presença de concepções não redutíveis a nenhuma das duas dimensões anteriores e por um desejo do ator em realizar tais significações, articulando, assim, uma relação com o trabalho marcada por uma identificação subjetiva e por um reconhecimento dos demais.

No que concerne a procura pelo reconhecimento coletivo das concepções individuais se identificou que tal processo enfrenta menos dificuldades pela pluralidade de posições dos atores, do que pelos obstáculos sociais que obliteram o reconhecimento do indivíduo. Dentre esses se destacaram: as fragilidades produtivas dos empreendimentos, as trajetórias laborais e escolares e os parâmetros

heterônomos do trabalho nelas internalizados; e, por fim, as vivências de discriminação e depreciação dentro e fora do trabalho.

Em face desses múltiplos obstáculos para luta por autonomia, quais são as reações dos atores? A identificação por parte do ator das barreiras para a sua autonomia pode ter distintas reações. A construção dessas réplicas vai depender da explicação que o ator mobiliza para indicar as causas da existência de tais obstáculos. As razões podem, desta forma, ser externas (sustentando uma crítica social) ou internas (levando a um sentimento de culpa) ao indivíduo. Identificou-se que a resposta dos trabalhadores em relação aos obstáculos que eles encontram na sua luta por autonomia depende de dois fatores elementares: a concepção que possuem de si e a estrutura de apoio que o grupo provê. Quando o ator possui uma concepção de incapacidade de si, a análise que ele desenvolve para a existência desses obstáculos tende a se fundamentar em um processo de culpa pelo próprio destino. Entretanto, em alguns casos, quando esse sentimento negativo de si e o relato de experiências de dificuldade são compartilhados no âmbito do grupo (ou subgrupos) é possível que o ator supere tal perspectiva negativa, ou pelo menos reduza os seus efeitos.

Para os atores que possuem uma percepção mais positiva de si é mais provável que uma atitude de crítica social se desenvolva em face aos obstáculos, mesmo que o suporte do grupo seja mais frágil. No caso desses atores, as concepções heterônomas promovidas na trajetória laboral e escolar tendem a ser criticadas; a fragilidade econômica do empreendimento tende a ser vista não como um efeito da incapacidade dos trabalhadores, mas da falta de apoio governamental e de oportunidades de financiamento; e os processos de discriminação tendem a ser percebidos como injustos, o que pode fundamentar a sua contestação no espaço público.

As duas formas de reação aos obstáculos para a autonomia não estão isoladas, mas sim atuam uma em relação à outra, e delineiam tanto a possibilidade de instituição de ações coletivas no espaço público, quanto o seu possível formato. Desta forma, a luta do indivíduo por autonomia pode ser expressa coletivamente, pois não há ação coletiva que não esteja baseada em empenhamentos, anseios e reflexões individuais. Contudo, o sentimento negativo de si expresso por parte dos indivíduos tende a leva-los à delegação de processos de ação coletiva aos atores mais críticos. Entretanto, identificou-se, nos casos estudados, que o contato, mesmo que distante em um primeiro momento, com processos de ação coletiva, pode levar a uma superação dessa visão negativa de si mobilizada por parte dos associados dos empreendimentos associativos econômicos estudados.

## **2.4 Tipologia da relação com o trabalho na economia solidária**

A tipologia da relação com o trabalho alude às distintas formas como os atores compõem os sentidos ligados às diferentes dimensões de sua relação com o trabalho. A construção da tipologia relação com o trabalho foi possível por meio da análise de conteúdo por enunciação. Essa técnica de análise dos dados, a que foram submetidas as entrevistas realizadas com os trabalhadores, permitiu a identificação de duas variáveis, que, quando articuladas, expressam as diferentes formas de relação com o trabalho. Faz-se referência à relação com a trajetória laboral e à relação com o empreendimento. Por um lado, a relação com a trajetória laboral alude à forma com o ator desenvolve uma narrativa das suas vivências laborais anteriores e o processo de entrada no empreendimento econômico associativo. O hibridismo dessas narrativas foi identificado enquanto um indicador de síntese relevante, pois expressa o número e a intensidade das discontinuidades manifestas pelo ator ao narrar sua história enquanto trabalhador. Esse indicador remete, assim, às diferentes formas de como os atores descrevem quem foram e como se tornaram quem são, mas também situa a sua concepção de quem querem ser. Por outro lado, a relação com o empreendimento concerne ao modo como o ator lida com as problemáticas do grupo. Três modos principais foram identificados: uma relação com o empreendimento individualizada remonta àqueles trabalhadores que não se envolvem nas questões do empreendimento, tendo como foco principal o desenvolvimento de suas tarefas produtivas; a relação

com o empreendimento marcada pela delegação, alude aos atores que participam dos debates coletivos, mas, principalmente – e, em alguns casos, exclusivamente – das temáticas que interferem em elementos tidos como centrais no seu trabalho, sendo que as demais tendem a ser delegadas aos quadros diretivos; e, por fim, há os trabalhadores que desenvolvem uma relação com o empreendimento caracterizada por uma responsabilização pelas problemáticas coletivas, mesmo que em aspectos que não interferem diretamente na possível função produtiva que exercem. O cruzamento entre o a hibridização das narrativas sobre a trajetória laboral e o modo de relação com o empreendimento indica as diferentes formas dos atores se relacionaram com o seu trabalho nos empreendimentos estudados. Deste modo, a articulação desses dois fatores sintetiza a tipologia da relação com o trabalho, que é composta por seis tipos principais:

### Quadro 1 – Tipologia da relação com o trabalho

<b>Relação com a Trajetória laboral</b> <b>Relação com o empreendimento</b>	Narrativas menos híbridas	Narrativas mais híbridas
Individualizada	1. Conservação	2. Filiação
Delegativa	3. Identidade de ofício	4. Pessoalizada
Responsabilizada	5. Gerencial	6. Engajada

Fonte: Quadro desenvolvido pelo autor por meio da análise de enunciação de 34 entrevistas com os trabalhadores dos empreendimentos estudados.

A combinação desses dois indicadores sintéticos permitiu que fossem identificados seis tipos de relação com o trabalho, que destacam diferentes aspectos da sua realidade laboral. O tipo de conservação é desenvolvido por trabalhadores com experiências assalariadas, que são tidas enquanto referências positivas e centrais. Deste modo, eles procuram manter elementos que marcavam a relação com o trabalho desenvolvida no passado. O tipo de filiação é composto por indivíduos detentores de trajetórias de vulnerabilidade social, expressas pela precariedade das vivências laborais passadas. Para esses o empreendimento associativo representa uma maior estabilidade e um ganho de direitos. O tipo centrado no ofício é desenvolvido por aqueles atores com forte identificação com um modo de fazer específico. Esses trabalhadores têm como foco garantir melhores condições para o exercício do seu ofício. O tipo pessoalizado destaca a sociabilidade enquanto aspecto central da sua relação com o trabalho. Esses atores procuram, assim, estabelecer relações com maior proximidade que fundamentem processos de apoio mútuo e empatia. O tipo gerencial procura promover o desenvolvimento econômico e produtivo do empreendimento. Esses trabalhadores se responsabilizam pelo empreendimento coletivo e afirmam o desempenho no mercado como principal parâmetro de sucesso para tal. E, por fim, o tipo engajado se responsabiliza pelas questões coletivas, assim como o gerencial, mas diferentemente desse, ele tem como foco a realização do projeto de economia solidária, sendo a atividade produtiva somente um meio para a consecução desse objetivo<sup>1</sup>.

A identificação da existência dos tipos mencionados se adequa à tese central deste estudo: os trabalhadores da economia solidária não se reduzem a nenhuma das dimensões da sua relação com o

<sup>1</sup> Para uma síntese de como os diferentes tipos conferem sentido a cada um dos componentes de cada dimensão da sua relação com o trabalho, ver a tabela anexa a este artigo.



trabalho, o que demanda um esforço deles para articular os aspectos possivelmente incongruentes presentes. Deste modo, os resultados descritos em relação a cada uma das dimensões são dotados de maior significação quando se realiza a exposição dessas articulações promovidas pelos indivíduos. Neste sentido, significações e posicionamentos gerais se particularizam quando situados dentro dos tipos de relação com o trabalho. A identificação desse processo coloca de manifesto que a pluralidade da relação com o trabalho não alude somente aos sentidos presentes nessa, mas, igualmente, ao modo como estes são articulados pelos distintos atores. Assim, ainda que dois tipos possam evocar significações e atitudes similares a um determinado aspecto, estas tomam contornos particulares quando localizadas nos arranjos de sentido promovidos pelos atores.

### **Considerações finais**

Os resultados desta investigação evidenciaram a capacidade interpeladora das três dimensões da relação com o trabalho (o projeto de economia solidária, os requerimentos de eficácia da atividade produtiva e a luta por autonomia), ao mesmo tempo em que expressaram a não redutibilidade dos trabalhadores a nenhuma delas. Mesmo que os resultados desta pesquisa não permitam afirmações contrastantes sobre a existência (ou não existência) de outro trabalho na “outra economia”, essa investigação oferece subsídios relevantes para o debate acerca dessa problemática. Por um lado, o estudo das diferentes dimensões da relação com o trabalho apontou para a presença de distintas barreiras para a realização do possível caráter alternativo do trabalho na economia solidária: 1) a variedade de obstáculos produtivos nos empreendimentos e a correlata necessidade de um esforço compensatório dos trabalhadores; 2) a incongruência entre o projeto de economia solidária e as vivências cotidianas dos trabalhadores; 3) e, por fim, a recorrência de concepções negativas de si, que restringem a luta por autonomia. Por outro lado, por meio da tipologia da relação com o trabalho na economia solidária, baseada nos diferentes modos de como os atores articulam os sentidos ligados às distintas dimensões, foi possível identificar a existência de seis tipos: o de conservação, o de filiação, o centrado no ofício, o pessoalizado, o gerencial e o engajado. A presença desses diferentes tipos de relação com o trabalho destaca a atividade de atores plurais em contextos, também eles, plurais, o que evidencia a inadequação de duas figuras redutoras: a que mitifica o trabalhador ao supor um vínculo integral com o projeto de economia solidária e a que o reduz à procura emergencial pela sobrevivência.

### **Referências Bibliográficas**

Antunes, Ricardo (1999). Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial.

Coraggio, José Luís (2000). Da economia dos setores populares à economia do trabalho in Kraychete, G.; Lara, F.; Costa, B. (orgs.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, pp. 91-131.

Coraggio, José Luís (2008). América Latina: necesidad y posibilidades de otra economía. Otra Economía - Volumen II - Nº 2 - 1º semestre, pp.8-10.

Dubet, François (1996). Sociologia da Experiência. Instituto Piaget: Lisboa.

Dubet, François e Martuccelli, Danilo (1999). ¿En qué sociedad vivimos? Buenos Aires: Editorial Losada.

Flick, Uwe (2008). Entrevista episódica in Gaskell, George e Bauer, Martin (org.). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes.

Gaiger, Luis Inácio (2002). A Economia solidária diante do Modo de Produção Capitalista. Publicado originalmente no site <http://www.ecosol.org.br>.

Gaiger, Luis Inácio (2008). A economia solidária e o valor das relações vinculantes. Rev. Katál, Florianópolis, v.11, n1, pp. 11-19, janeiro/junho.

Gaiger, Luis Inácio (2009). Eficiência. In: Cattanni, Antonio David; Laville, Jean-Louis; Gaiger, Luiz Inácio; Hespanha, Pedro (2009). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, pp. 169-174.

Kaufmann, Jean-Claude (2011). L'entretien compréhensif. 3a edição. Paris: Armand Collin.

Laville, Jean-Louis (2009). Economia Plural in Cattani, Antonio David; Laville, Jean-Louis; Gaiger, Luiz Inácio; Hespanha, Pedro. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina.

Laville, Jean-Louis (2010). Plural Economy in Hart, Keith; Laville, Jean-Louis; Cattani, Antônio David. The Human Economy: A citizen's guide. Cambridge: Polity Press, p. 77-83.

Lima, Jacob Carlos (2007). Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial in Lima, Jacob Carlos. Ligações Perigosas: trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo: Annablume editora, pp. 127-170.

Lima, Jacob Carlos (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? Sociologias, Porto Alegre, ano 12, n<sup>o</sup> 25, setembro/dezembro, pp. 158-198.

Mayer, Ricardo (2009). Sociologia da experiência e lutas por reconhecimento: Associações de geração de trabalho e renda no sul do Brasil. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 61, Oeiras, dezembro, 2009.

Mayer, Ricardo (2011). A gramática da ação de trabalhadores em cooperativas de produção no sul do Brasil. Cadernos CRH vol. 24 no. 63 Salvador Setembro/Dezembro, 2011

Singer, Paul (2002). Introdução à Economia Solidária, 1a Ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Speroni, Thales (2012). Há outro trabalho na “outra economia”? A relação dos trabalhadores com o seu trabalho na economia solidária. Dissertação de mestrado, UFRGS/PPGS.

Wautier, Annie M (2004). As relações de trabalho nas organizações de economia solidária – Um paralelo Brasil-França. PPGS/UFRGS. Tese de Doutorado.

<b>Tipo de relação com o trabalho Dimensão da relação com o trabalho</b>	Conservação	Filiação	Identidade de Ofício	Pessoalizada	Gerencial	Engajada
<b>Projeto de economia solidária</b>						
<b>Concepção conferida ao projeto</b>	Proposta Ilusória	Filantropia interna e externa	Responsabilização	Possibilidade de uma sociabilidade mais próxima	Recurso no mercado	Programa político-econômico
<b>Relação com a autogestão</b>	Distanciamento	Distanciamento	Envolvimento quando o ofício está em jogo, delegação nos demais casos	Participação em tarefas de menor responsabilidade e exposição, delegação à liderança nos demais casos	Responsabilização pelo empreendimento	Responsabilização pelo empreendimento
<b>Significado para solidariedade e cooperação</b>	Chamado à união e ao coleguismo	Filantropia	Chamado à união e ao coleguismo	Chamado ao apoio mútuo internamente e ação na comunidade local	Chamado à união interna	Solidariedade e cooperação interna (apoio mútuo e união) e externa (na comunidade local e com outros empreendimentos)
<b>Requerimentos de eficácia da atividade produtiva</b>						
<b>Modo de emergência dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva</b>	Projetos e necessidades individuais	Projetos e necessidades individuais	Projetos e necessidades individuais e aspectos coletivos que se vinculam ao exercício do ofício	Vínculo com o coletivo e com as necessidades e projetos pessoais	Vínculo com o empreendimento e o seu desenvolvimento econômico	Realização do projeto de economia solidária
<b>Perspectiva sobre a divisão do trabalho</b>	Defende maior divisão do trabalho produtivo e entre a gestão e a produção	Defende maior divisão do trabalho produtivo e entre a gestão e a produção	Procura uma conservação do modo de fazer, seja em maior ou menor divisão do trabalho produtivo. Defendem maior separação entre gestão e produção.	Defende a menor da divisão do trabalho produtivo e maior entre gestão e produção.	Argumenta a favor de maior divisão do trabalho e entre a gestão e a produção	Argumenta a favor de menor divisão do trabalho e entre a gestão e a produção
<b>Noção sobre o valor do trabalho</b>	Preferência pela remuneração fixa	Preferência pela remuneração fixa	Preferência pela remuneração fixa, com diferentes escalas que abarquem a complexidade da tarefa e a formação necessária	Preferem o pagamento por produção individual	Defendem a remuneração fixa com diferentes escalas relacionadas à centralidade produtiva da função	Buscam por maior igualdade nas remunerações, seja pelo pagamento por produção (igualdade por desempenho) ou por horas cumpridas (igualdade por tempo)
<b>Resposta aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva</b>	Aumento da intensidade do trabalho individual	Polivalência (em atividades manuais, mais	Alongamento da jornada de trabalho e aumento da intensidade do trabalho	Alongamento da jornada de trabalho e aumento da	Melhor organização da produção coletiva e maior envolvimento	Melhor organização da produção coletiva e maior envolvimento dos demais

		simples e de fácil aprendizado), alongamento da jornada de trabalho e aumento da intensidade do trabalho		intensidade do trabalho	dos demais trabalhadores	trabalhadores
<b>Luta por autonomia</b>						
<b>Narrativa da Trajetória Laboral</b>	Menor hibridismo e descendente	Maior hibridismo e ascendente	Menor hibridismo e descendente ou	Maior hibridismo e ascendente	Menor hibridismo e ascendente	Maior hibridismo e ascendente
<b>Autoavaliação das capacidades</b>	Em múltiplas tarefas, desde que manuais	Em múltiplas tarefas, desde que manuais	Especialistas no ofício	Em múltiplas tarefas, desde que manuais	Em tarefas na gestão e na produção	Em tarefas na gestão e na produção
<b>Concepção sobre o trabalho bem feito</b>	Industrial	Industrial	Costureiras: artesanal Metalúrgicos: industrial	Artesanal	Industrial	Artesanal
<b>Objetivos em relação ao trabalho</b>	Reproduzir a relação com o trabalho desenvolvida anteriormente e ter maior estabilidade e renda	Melhores rendimentos e maior estabilidade	Melhores condições para o exercício do ofício	Sociabilidade personalizada e adequação às particularidades dos trabalhadores	Desenvolvimento econômico do empreendimento	Realização do projeto de economia solidária
<b>Forma de reconhecimento no grupo</b>	Trabalho produtivo	Trabalho produtivo	O ofício	O trabalho produtivo e as relações interpessoais	Resultados no mercado	Articulação entre o discurso do projeto e os resultados econômicos
<b>Análise dos obstáculos à autonomia</b>	Destaca falhas e limitações tanto individuais quanto coletivas	Chama a atenção para as suas próprias limitações e para os obstáculos sociais que são causa e expressão destas	Identificação de limitações técnicas suas e dos demais	Crítica focada nas pressões produtivas	Críticas internas ao empreendimento	Crítica social